

A história esquecida da pós-modernidade (por Rein Staal)



Em fevereiro de 1943, no *Sportpalast* de Berlim, diante de milhares de leais membros do partido nazista, Josef Goebbels fez apelo à “guerra total”. A guerra total veio, e poucos anos depois o *Sportpalast* era parte das ruínas fumegantes do movimento nacional-socialista.

Martin Heidegger, um dos ex-membros mais famosos do movimento, disse que “a verdade e a grandeza internas” da visão nazista “consistiam no encontro do homem moderno com a tecnologia global”. Ao observar os destroços desse encontro que ficaram depois da guerra, o escritor alemão Romano Guardini viu neles também o corolário e o colapso do projeto da modernidade. Os anseios que inspiraram os fundadores do pensamento moderno – a conquista da natureza por meio da ciência e, em última análise, a conquista da natureza humana por meio da ciência e conseqüentemente a emancipação do poder com relação a qualquer limite moral – foram concretizados de uma maneira que ultrapassou mesmo os sonhos mais loucos. E esse sucesso transformou-se em cinzas antes de poder ter sido desfrutado.

Guardini sentiu-se compelido a escrever o seu clássico trabalho *O fim dos tempos modernos* e o seu complemento *Poder e responsabilidade*. A essência da modernidade, afirmava, repousa no “divórcio entre poder e pessoa”. Depois de séculos de reducionismo e espoliação, a personalidade foi reduzida à mera subjetividade, à delgada afirmação de valores sem ancoragem ou horizonte. O poder lançou sua sombra sobre o homem por meio de instituições impessoais e processos que seguiam a sua própria lógica desalmada. “Não há ser que não tenha um mestre”, e o poder demoníaco preencheu o vácuo deixado pelo eclipse da responsabilidade pessoal. Uma vez dissipado o capital moral do cristianismo, restou aos modernos pouco que gastar.

Ultimamente, diante das nossas próprias ruínas, temos visto por toda a parte um raciocínio aparentemente similar: o pensamento moderno percorreu o seu caminho, deixando para trás apenas um ceticismo penetrante acerca de toda a visão significativa da natureza e do destino humanos. Tanto o pós-modernismo acadêmico como o popular estabelecem um tabu contra o exame da realidade última das coisas, justificando-se com um relativismo tão leviano que faria Protágoras corar. E, no entanto, Guardini viu que a verdadeira lição corre no sentido contrário: apenas um entendimento cristão pode dar sentido à condição humana pós-moderna.

Noutras palavras, a crise da modernidade foi atingida bem antes dos modismos acadêmicos do nosso tempo. O pós-modernismo que domina a atmosfera intelectual hoje é um fenômeno secundário, algo derivado e não verdadeiramente radical. Guardini viu isso e foi além: fez um apelo a uma nova antropologia filosófica, que pudesse retomar o entendimento cristão da pessoa como agente participativo numa realidade compartilhada e também como um *locus* de responsabilidade.

Havia outros pensadores trabalhando na mesma seara. Esse renascimento teísta, esse pós-modernismo primevo brotou das reflexões de um grupo de pensadores europeus que encontraram a resposta para a crise da modernidade no patrimônio espiritual do Ocidente. Nenhum deles viu as patologias da modernidade como a expressão final ou real do significado do Ocidente. Pelo contrário, afirmaram que o fim da modernidade revela a realidade radical da liberdade e dignidade

humanas. Viram também que o embate entre o reducionismo naturalista moderno e o subjetivismo pós-moderno é uma briga de família prenunciada pelo eclipse da pessoa.

A maior parte desses pensadores eram figuras marginais no seu tempo. Poucos tinham atuação política e nenhum deles demonstrava simpatia pelo nacional-socialismo ou pelo comunismo soviético. Todos - com a ambígua exceção de José Ortega y Gasset - eram teístas. Alguns deles estavam a meio caminho entre o judaísmo e o cristianismo e quase todos tinham consciência da sua dívida para com uma visão cristã da natureza humana e do destino.

Assim, por exemplo, no outono de 1940, na Paris ocupada pelos alemães, Henri Bergson, já idoso e adoentado, ficou horas em pé sob uma chuva gelada à espera da estrela amarela que seria o seu estigma na nova Europa. Um dos poucos filósofos a ganhar o prêmio Nobel de Literatura, Bergson recusou a proteção do governo Vichy e escolheu abraçar o destino do seu povo. Ele viria a falecer dentro de poucos meses, mas não sem antes renunciar, em meio a protestos, a todos os seus postos e glórias, num passo profundo para alguém que antes tinha sido professor de filosofia numa das maiores universidades da Europa. Não quis converter-se totalmente ao cristianismo, convencido de que a sua cruz na Europa nazista era morrer judeu.

Num francês primoroso, valendo-se de imagens penetrantes e intuições que desafiavam os sistemas e as definições da filosofia técnica, Bergson ofereceu uma crítica contínua ao que nomeou “razão eleática” da modernidade, por causa da cidade natal dos antigos metafísicos gregos Parmênides e Zenão: o desejo de explicar tudo por meio de categorias intelectuais pré-formadas que não deixam espaço para as experiências humanas - a liberdade, a memória, o amor, o drama e a comédia - que resistem à razão fria e impessoal.

A sua última grande obra, *As duas fontes da moral e da religião*, publicada em 1932, propunha que toda sociedade, tal como toda alma, podia estar “fechada” ou “aberta” à experiência da transcendência pela qual os seres humanos são capazes de romper os ciclos e processos naturais. Essa abertura, concluía Bergson, só podia fundamentar-se, em última análise, num entendimento cristão da pessoa e da fraternidade universal. E foi para expressar tal fraternidade que ele escolheu morrer usando a estrela amarela.

Mais ou menos na mesma época, um tipo simples que vivia uma vida simples nos Alpes suíços chegou a uma conclusão similar à de Bergson, mas ainda mais radical, revestida de uma linguagem mais poética. Em 1934, uma obra memorável intitulada *A fuga de Deus* foi publicada por Max Picard, um judeu que mais tarde se converteria ao cristianismo.

Picard viu o Ocidente secular e moderno como um sistema de amnésia espiritual que se autoperpetua: histericamente ocupado sem realizar nada, cheio de comunicação mas falto de diálogo, cheio de brilho e sons altos mas ao mesmo tempo sem sentido e mudo. O amor, a amizade e a lealdade existem apenas como fragmentos no mundo em fuga de Deus: retalhos evanescentes de experiências que vêm e vão. Eis o porquê de as palavras, nos tempos modernos, se terem tornado meros sinais, sem conexão com a pessoa que as pronuncia: “sussurros e sinais substituem as palavras no mundo da fuga... Se dois navios desejam comunicar-se, pequenas bandeiras são içadas numa corda; assim também as palavras tremulam nas frases. Quando dois homens falam um com o outro usando sinais em vez de palavras, a distância entre eles é tão grande quanto a distância entre dois navios: há todo um oceano entre eles, o oceano da fuga”.

A desconstrução impessoal supõe a reconstrução pessoal. As palavras dispersas e fragmentadas devem ser reunidas em oração e enviadas a Deus, pois “apenas diante dEle que é eterno e completo em Si mesmo os mortos e fragmentados podem tornar-se um todo novamente”. Apenas num mundo constituído pela fé num Deus pessoal as relações entre as pessoas humanas desenvolvem consistência e integridade.

Um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial, Picard publicou *Hitler em nós mesmos*, em que diagnosticava aquilo que Hannah Arendt viria a caracterizar como a “banalidade do mal”. Picard detém-se na figura do nazista cumpridor que, no contexto da sua ocupação profissional como atendente, seria capaz de atravessar a rua correndo para devolver uma moeda a alguém que a tivesse esquecido no balcão de sua loja, mas que seria capaz, noutras circunstâncias, de levar a cabo com a mesma facilidade uma ordem de homicídio em massa. E Picard vai mais longe: vê o nazismo como a expressão última e demoníaca da fragmentação humana, da redução da pessoa a uma entidade aleijada e fechada, apenas capaz de relacionar-se com os outros quando os manipula como objetos.

Enquanto Picard viveu e escreveu na sua montanha na Suíça, os cafés e salões de Paris eram o ponto nevrálgico da história intelectual do século XX, enriquecidos por montes de pensadores *émigrés* – principalmente russos na década de 1920 e judeus de toda a Europa na década de 1930. Um dos maiores dentre eles foi um judeu russo chamado Lev Shestov, cujos últimos escritos falavam de “cavaleiros da fé” como São Paulo e Martinho Lutero. Shestov está entre os mais ferrenhos críticos do racionalismo nas letras do século XX. Exilado da Rússia após a tomada do poder pelos bolcheviques, via a Primeira Guerra Mundial e as penúrias do país natal como uma lição acerca da loucura do orgulho humano, especialmente a pretensão intelectual de que a razão humana por si só pode organizar e controlar toda a realidade.

Shestov anunciava a necessidade, nas suas palavras, de uma “filosofia bíblica”, que renunciaria à busca filosófica pela explicação da razão necessária das coisas e, em vez disso, poria ênfase na liberdade humana que deriva da liberdade ilimitada de Deus. A filosofia começa não no maravilhamento, mas no desespero, na noite do silêncio e no deserto da solidão. Shestov tomou o Salmo 130 como ponto de partida: “Do fundo do abismo, clamo a vós, Senhor; Senhor, ouvi minha oração... Ponho a minha esperança no Senhor. Minha alma tem confiança em sua palavra”.

O último livro de Shestov chama-se *Atenas e Jerusalém*, em que o autor contrasta o templo da razão auto-suficiente com a cidade da justiça e mede forças com todos os filósofos, de Heráclito a Husserl. Voluntariamente cego para a possível síntese entre razão e revelação, Shestov falou em voz profética a um mundo em que a vida intelectual foi consistentemente desarraigada das suas fundações espirituais. O seu pesadelo de um mundo moldado pelo racionalismo foi descrito por seu amigo Nicolai Berdiaev como “um universo arredondado em que não há mais individualidade, risco ou criação nova”.

Para pensadores mais jovens como Walter Benjamin, Leo Strauss e Alexandre Kojève, Shestov foi a alternativa teísta mais sólida em meio às correntes atéias dominantes. Benjamin escreveu para Gerhard Scholem acerca do poder do fideísmo de Shestov. Strauss viria a escrever mais tarde um livro sutil em que inverteria o título da obra final de Shestov e Kojève tornar-se-ia um teórico e ativista daquilo que descreveria como “o estado universal e homogêneo”. É possível que a visão de Strauss sobre a história da filosofia política, bem como a sua visão de uma ordem tecno-burocrática

universal no fim da História, tenham surgido em parte como uma reação à filosofia bíblica e personalista de Shestov.

Outra voz proeminente da Paris do entre-guerras foi Gabriel Marcel, que passou gradualmente do racionalismo neo-hegeliano à Igreja Católica e estabeleceu-se como um grande filósofo cristão. Em relativa obscuridade (ele não publicou nada sequer remotamente sistemático até a década de 1940), Marcel esboçou os grandes temas da filosofia teísta pós-moderna. A condição humana, pensava, deve ser entendida nos termos de uma participação que transcende a antítese entre sujeito e objeto que infestava a filosofia moderna. Cada existência humana participa de uma realidade marcada pela tensão entre sujeito e objeto: isolemos um deles e estaremos excluindo o outro. E então só restará uma abstração, que é um indivíduo solipsista ou um objeto impessoal.

A existência humana é essa tensão realmente vivida; podemos distinguir o sujeito do objeto, mas não podemos concebê-los isoladamente. Os seres humanos não têm outra natureza que não seja viver uma condição. A sua natureza e a sua liberdade são inextricáveis. Embora seja freqüentemente rotulado como o fundador do existencialismo, Marcel é melhor entendido como alguém que construiu a sua filosofia sobre uma compreensão cristã da pessoa como um “ser encarnado”, que não é nem *tem* um corpo, mas que é inconcebível fora da sua misteriosa relação com um corpo.

Como o grande filósofo judeu amigo de Shestov, Martin Buber, Marcel acreditava que a realidade pessoal recebe a sua expressão mais clara quando um ser dirige-se a outro usando o vocativo, a segunda pessoa. A primeira pessoa, o *eu*, pode ser apenas uma máscara para sensações e impulsos transitórios, ao passo que identificar as pessoas como *ele, ela* ou *eles* é começar a transformá-las em objetos. A condição de presença mútua, a segunda pessoa, o *tu* ou o *vós*, é o pressuposto de qualquer relação marcadamente pessoal: amor, amizade, fraternidade, cidadania e louvor. Deus é o *Tu absoluto*, que é uma presença pessoal, ainda quando escondida, e que nunca pode ser para nós um simples objeto, ou seja, um ídolo.

Todas as teorias que afirmam explicar a causalidade da ação humana acabam por ser uma abstração pessoal da razão de quem as pensa. Eis a mais pura verdade acerca dos diferentes tipos de relativismo e reducionismo, que ostentam uma espécie de “exceção garantida por contrato” que lhes confere um *status* epistemológico que é negado aos outros. “Mistério”, para Marcel, denota essas experiências que desafiam qualquer explicação baseada na razão instrumental ou causalidade natural. Nesse sentido, sobressaem as realidades da identidade pessoal e da ação humana, inclusive o pensamento.

Também o espanhol Miguel de Unamuno, que passou parte da década de 1920 exilado em Paris, escreveu uma obra memorável às vésperas da Primeira Guerra Mundial: *Do sentimento trágico da vida*. Nela, como Shestov, faz um apelo por uma filosofia que venha das profundezas do abismo. Na sua crítica à civilização secularista contemporânea, Unamuno comparou o típico intelectual moderno a um parasita intestinal que nega a existência da visão e da audição porque sobrevive sem ambos. Por séculos, os modernos desfrutaram das compensações da liberdade e da dignidade enquanto propunham teorias que as excluía. Numa formulação particularmente elegante e perigosa ao mesmo tempo, Unamuno escreveu (jogando com a semelhança entre os verbos espanhóis *crear* e *criar*) que os homens criam Deus quando crêem num Deus pessoal, um Deus que por sua vez já os criou.

O outro grande pensador espanhol da época, José Ortega y Gasset, proclamou, à sua maneira mais leve e jocosa, a morte daquilo que chamava de “tradição moderna” – as tentações gêmeas do pensamento moderno: o relativismo e o racionalismo. Ortega viu que os sistemas racionalistas predominantes no pensamento moderno eram tirânicos, que mascaravam a ambição de subordinar a contingência e a espontaneidade da vida à lógica da teoria. Ortega y Gasset também identificou o relativismo como “teoria suicida”, hipócrita e inconsistente em si mesma. A sensibilidade moderna é “desconfiança e desprezo por qualquer coisa espontânea e imediata; entusiasmo por todas as construções da razão”.

A fim de superar as teorias modernas intelectualmente falidas, Ortega propôs uma doutrina que chamou por vezes de “razão vital”. A verdade do relativismo é que cada pessoa é dona de um ponto de vista único; a verdade do racionalismo é que tais pontos de vista miram uma realidade suprapessoal. Embora use um vocabulário distinto, Ortega elaborou uma teoria da participação similar à de Marcel. No epílogo da Idade Moderna, o Ocidente precisa aprender a reconhecer as raízes da patologia da modernidade tardia, escrita em toda a fisionomia assustada do século XX.

Há uma série de razões pelas quais esses pensadores não são mais discutidos hoje. Apesar de alguns deles terem se conhecido, não formaram uma escola organizada de pensamento. Embora alguns tenham sido professores universitários, escreveram em sua maioria como intelectuais públicos, não como acadêmicos profissionais. A maior parte deles dominava com maestria a prosa em sua língua, o que suscitava suspeita entre os acadêmicos profissionais. Poucos eram ativistas políticos. Nenhum deles aderiu ao comunismo ou ao nazismo.

Além do mais, todos esses pensadores – novamente com a possível exceção de Ortega – acreditavam em Deus. O seu pensamento foi sendo formado nas décadas que culminaram com a Segunda Guerra e cristalizou-se logo após o seu fim. Os traços mais críticos do retrato que fizeram da modernidade e da pós-modernidade talvez tenham sido melhor capturados pelo psiquiatra vienense e sobrevivente de Auschwitz Viktor Frankl, que escreveu que a sua geração pode conhecer a existência humana como algo que abrangia tanto o ser que inventou as câmaras de gás como aquele que entrou naquelas câmaras de cabeça erguida, tendo nos lábios o Pai-nosso ou o *Shemá Yisrael*”.

Na tentativa de uma explicação, Frankl diagnosticou as patologias siamesas da “objetivação da existência” e da “subjetivação do logos”. A primeira descreve a redução do homem a um brinquedo das forças impessoais e que não é conhecido como um *tu*. A segunda descreve a redução do sentido à subjetividade humana. O racionalismo e o relativismo, como notou Ortega, são um duplo aspecto do pensamento impessoal a conspirar em favor do esfacelamento da identidade pessoal e da erosão da responsabilidade pessoal.

É neste contexto que podemos apreciar toda a força do alerta feito por Guardini, de que o homem moderno defronta o chamado de dominar o poder. Esses pensadores, de uma maneira ou de outra, contemplavam a existência humana como uma forma de participação. O trabalho deles reflete, em certo sentido, o que hoje chamaríamos de sensibilidade pós-moderna, mas que está fundamentada numa antropologia filosófica inconcebível fora de uma compreensão cristã da pessoa.

O pensamento impessoal empala a mente ou num dos dois chifres do dilema esboçado acima – no caso do pensador realmente rigoroso – ou em ambos simultaneamente, o que é mais provável.

O fim da modernidade não marcou uma guinada do racionalismo iluminista em direção à subjetividade pós-moderna. A própria modernidade pôs o homem face a face com tudo aquilo que estava em jogo na oposição entre pessoal e impessoal. O que foi desacreditado não foi a razão, mas a *hybris* dos grandes sistemas impessoais, seja o reducionismo naturalista do cientificismo moderno, seja o ilusionismo dialético que as ideologias modernas operam na mente.

A intuição central dessa renascença teísta - desse pós-modernismo primevo - é a irreducibilidade da pessoa. As patologias da vida moderna, desde a atrocidade da guerra total até a banalidade da burocracia, trouxeram à luz a demanda de uma existência pessoal. Esses escritores teístas viam a condição humana como um universo aberto constituído de individualidade, risco e novas criações. O fim da modernidade escancarou a realidade radical da liberdade e dignidade humanas entre as tentativas, práticas e teóricas, de aniquilá-las.

O aviso de Guardini de que não há um ser sem um mestre captura o caráter dual da *Imago Dei* que está no cerne do mistério da identidade pessoal. Como seres encarnados e arraigados na nossa própria natureza, somos responsáveis por honrar essa natureza em todas as nossas obras. A história do mundo moderno termina com uma nota que não é de cinismo nem de resignação, mas de esperança e responsabilidade.

Copyright © 2008 First Things (dezembro de 2008).

Rein Staal é professor de Ciências Políticas no William Jewell College.

Tradução de Grace Guimarães Mosquera, bacharel em Lingüística pela FFLCH-USP.

Texto publicado na revista-livro do Instituto de Formação e Educação (IFE), *Dicta&Contradicta*, Edição nº 3, Jun/2009. Disponível [online] no link: <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-3/a-historia-esquecida-da-pos-modernidade/>

Pensar o Direito (Parte IV de VI): "Resgate da essência do Direito"

IV - RESGATE DA ESSÊNCIA DO DIREITO

Há vários modos de se pensar o direito. Uns pensam que o direito resume-se às decisões do Estado ou do burocrata de plantão. Outros pretendem que o direito seja extraído exclusivamente daquilo que é usual fazer-se ou não fazer-se em sociedade, reduzindo-o a uma espécie de chancelador formal e obrigatório.

Outros veem o direito apenas como uma ciência de deduções: se a união estável homossexual foi admitida, vamos estendê-la para o casamento e, depois, permitir o divórcio, a separação e a possibilidade de adoção. Afinal, a premissa deve ser vista de maneira neutra e todas as consequências dela nada mais são que o resultado de um desdobramento lógico.

Mas todos eles partilham da ideia fundamental de que o direito não é regido por princípios fundamentais que decorrem da natureza das coisas. Só reconhecem o direito dos códigos e das leis escritas. E recomendo-lhes especial atenção com os parlamentares, porque, de um dia para o outro, mudam os códigos e eles ficam sem saber mais nada. Com uma penada do legislador, bibliotecas inteiras vão parar no sebo.

Mas o direito não se esgota no papel escrito. O direito dos códigos deve refletir o direito da ordem natural das coisas, concretizando seus princípios segundo as circunstâncias sociais e históricas. Devem caminhar de mãos juntas e não em direções opostas.

E o leitor mais cético poderia perguntar quais seriam os tais princípios. São numerosos, motivo pelo qual eles estão também escritos nas leis, reforçando sua extrema importância, mas seu reconhecimento não dependeria necessariamente disso, pois o estudo do direito, ao longo dos tempos, vai incorporando-os sob o nome de princípios gerais de direito.

Eis alguns deles: não faça aos outros aquilo que não quer para si; ninguém pode ser condenado sem prévio processo; na dúvida, o réu deve ser inocentado; todo homem é capaz de assumir direitos e obrigações; os contratos são obrigatórios e a vontade dos contratantes deve ser pautada pela boa-fé e pelo equilíbrio contratual; a família é a célula social elementar e o excesso de exercício do direito consiste em seu abuso.

Este fenômeno de empobrecimento do direito, uma realidade tão rica e que o povo romano soube captar de maneira tão exemplar, a ponto de, junto com a filosofia grega, sustentar as bases da civilização ocidental até hoje, é fruto da somatória de muitas linhas de pensamento - nominalismo, empirismo, racionalismo, subjetivismo, relativismo, voluntarismo, imanentismo - que impregnam profundamente a cultura de nossa sociedade.

Não cabe aqui analisar o significado de cada um daqueles fatores nem o complexo processo histórico de formação e consolidação daquela forma míope de se ver o direito. Contudo, na base desse processo, estão causas de ordem religiosa (imanentismo, secularismo e ateísmo), de natureza moral (ligada a uma falsa ideia de liberdade e a conseqüente crise de valores) e deficiências sérias no ensino de filosofia e de direito.

A superação desta corrosiva doença não será feita por complexos expedientes de reengenharia político-jurídica, porque essa patologia é radical e, como uma metástase, atinge a essência, os fins e os fundamentos do ordenamento jurídico e se dissemina por todo o corpo da sociedade.

A depuração dessa forma deturpada de direito demanda um resgate das noções de justiça, de equidade e de prudência, elementos essenciais da ordem jurídica. Esta tem uma vinculação elementar à justiça, é ordem de justiça dirigida à realização objetiva do justo concreto.

A equidade, por sua vez, opera como critério corretivo de adequação da solução justa ao caso concreto ou mesmo de moderação dos rigores da justiça. O direito romano já reconhecia que o máximo do direito é o máximo da injustiça.

A prudência, a virtude por excelência do jurista, é a sabedoria prática que o capacita para a decisão justa, segundo os princípios e normas que regem uma dada situação e em respeito às suas circunstâncias. A prudência também envolve o reto agir do legislador, na escolha das medidas

legislativas e normativas mais convenientes.

Estes elementos, quando conjugados, produzem decisões que atendem aos princípios gerais de direito, à letra fria dos códigos e às peculiaridades do caso concreto. O direito romano foi um acabado exemplo disso: por intermédio do trabalho dos juristas, que talhavam suas sentenças com os instrumentos da justiça, equidade e prudência, criou uma série de soluções jurídicas de surpreendente perenidade. Porque, antes de aplicar o direito, eles o pensavam com a cabeça inteira.

***André Gonçalves Fernandes** é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, pesquisador, professor, coordenador do IFE Campinas e membro da Academia Campinense de Letras.*

***Próximos artigos da série “Pensar o Direito”:**

Parte V : “Direito e Filosofia: Cara e Coroa”

Parte VI: “Justiça, Filosofia e Virtude”

***Já publicados:**

Parte I: “Pensando o Direito” – para ler clique [AQUI](#)

Parte II: “Direito e Ordem Natural” – para ler clique [AQUI](#)

Parte III: “A crise do Direito” – para ler clique [AQUI](#)

[Pensar o Direito \(Parte IV de VI\): "Resgate da essência do Direito"](#)

IV - RESGATE DA ESSÊNCIA DO DIREITO

Há vários modos de se pensar o direito. Uns pensam que o direito resume-se às decisões do Estado ou do burocrata de plantão. Outros pretendem que o direito seja extraído exclusivamente daquilo que é usual fazer-se ou não fazer-se em sociedade, reduzindo-o a uma espécie de chancelador formal e obrigatório.

Outros veem o direito apenas como uma ciência de deduções: se a união estável homossexual foi admitida, vamos estendê-la para o casamento e, depois, permitir o divórcio, a separação e a possibilidade de adoção. Afinal, a premissa deve ser vista de maneira neutra e todas as consequências dela nada mais são que o resultado de um desdobramento lógico.

Mas todos eles partilham da ideia fundamental de que o direito não é regido por princípios fundamentais que decorrem da natureza das coisas. Só reconhecem o direito dos códigos e das leis escritas. E recomendo-lhes especial atenção com os parlamentares, porque, de um dia para o outro, mudam os códigos e eles ficam sem saber mais nada. Com uma penada do legislador, bibliotecas

inteiras vão parar no sebo.

Mas o direito não se esgota no papel escrito. O direito dos códigos deve refletir o direito da ordem natural das coisas, concretizando seus princípios segundo as circunstâncias sociais e históricas. Devem caminhar de mãos juntas e não em direções opostas.

E o leitor mais cético poderia perguntar quais seriam os tais princípios. São numerosos, motivo pelo qual eles estão também escritos nas leis, reforçando sua extrema importância, mas seu reconhecimento não dependeria necessariamente disso, pois o estudo do direito, ao longo dos tempos, vai incorporando-os sob o nome de princípios gerais de direito.

Eis alguns deles: não faça aos outros aquilo que não quer para si; ninguém pode ser condenado sem prévio processo; na dúvida, o réu deve ser inocentado; todo homem é capaz de assumir direitos e obrigações; os contratos são obrigatórios e a vontade dos contratantes deve ser pautada pela boa-fé e pelo equilíbrio contratual; a família é a célula social elementar e o excesso de exercício do direito consiste em seu abuso.

Este fenômeno de empobrecimento do direito, uma realidade tão rica e que o povo romano soube captar de maneira tão exemplar, a ponto de, junto com a filosofia grega, sustentar as bases da civilização ocidental até hoje, é fruto da somatória de muitas linhas de pensamento – nominalismo, empirismo, racionalismo, subjetivismo, relativismo, voluntarismo, imanentismo – que impregnam profundamente a cultura de nossa sociedade.

Não cabe aqui analisar o significado de cada um daqueles fatores nem o complexo processo histórico de formação e consolidação daquela forma míope de se ver o direito. Contudo, na base desse processo, estão causas de ordem religiosa (imanentismo, secularismo e ateísmo), de natureza moral (ligada a uma falsa ideia de liberdade e a conseqüente crise de valores) e deficiências sérias no ensino de filosofia e de direito.

A superação desta corrosiva doença não será feita por complexos expedientes de reengenharia político-jurídica, porque essa patologia é radical e, como uma metástase, atinge a essência, os fins e os fundamentos do ordenamento jurídico e se dissemina por todo o corpo da sociedade.

A depuração dessa forma deturpada de direito demanda um resgate das noções de justiça, de equidade e de prudência, elementos essenciais da ordem jurídica. Esta tem uma vinculação elementar à justiça, é ordem de justiça dirigida à realização objetiva do justo concreto.

A equidade, por sua vez, opera como critério corretivo de adequação da solução justa ao caso concreto ou mesmo de moderação dos rigores da justiça. O direito romano já reconhecia que o máximo do direito é o máximo da injustiça.

A prudência, a virtude por excelência do jurista, é a sabedoria prática que o capacita para a decisão justa, segundo os princípios e normas que regem uma dada situação e em respeito às suas circunstâncias. A prudência também envolve o reto agir do legislador, na escolha das medidas legislativas e normativas mais convenientes.

Estes elementos, quando conjugados, produzem decisões que atendem aos princípios gerais de direito, à letra fria dos códigos e às peculiaridades do caso concreto. O direito romano foi um

acabado exemplo disso: por intermédio do trabalho dos juristas, que talhavam suas sentenças com os instrumentos da justiça, equidade e prudência, criou uma série de soluções jurídicas de surpreendente perenidade. Porque, antes de aplicar o direito, eles o pensavam com a cabeça inteira.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, pesquisador, professor, coordenador do IFE Campinas e membro da Academia Campinense de Letras.

***Próximos artigos da série “Pensar o Direito”:**

Parte V : “Direito e Filosofia: Cara e Coroa”

Parte VI: “Justiça, Filosofia e Virtude”

***Já publicados:**

Parte I: “Pensando o Direito” – para ler clique [AQUI](#)

Parte II: “Direito e Ordem Natural” – para ler clique [AQUI](#)

Parte III: “A crise do Direito” – para ler clique [AQUI](#)

[Sobre o filme "Sniper Americano"](#)

Adaptado do livro  ro “*American Sniper: The Autobiography of the Most Lethal Sniper in U.S. Military History*”, o filme “*Sniper americano*”, do diretor Clint Eastwood, conta a história real do fuzileiro naval norte-americano Chris Kyle (Bradley Cooper), considerado o melhor atirador de elite da história dos Estados Unidos.

O filme, um fenômeno de bilheteria (atingiu 90,2 milhões de dólares na estreia em janeiro deste ano), tem despertado uma intensa discussão pública nos EUA, dividindo liberais e conservadores no debate sobre temas como o papel da guerra, o heroísmo dos soldados, patriotismo, a invasão americana ao Iraque, entre outros. O protagonista, conhecido como “a lenda”, entre os militares americanos e com o apelido de “o demônio de Ramadi”, entre os inimigos iraquianos, seria, para alguns, um moderno herói de guerra, mas, para outros, não passaria de um patriota psicopata.

Para contribuir para o debate, sugerimos a seguir a leitura do artigo escrito por Thiago Cortês, publicado originalmente no site Mídia sem Máscara (<http://www.midiaseम्मascara.org/>).

Antes, porém, apresentamos o trailer com uma cena que, por si só, já é um convite a este belo filme:

American Sniper: lobos e ovelhas

POR THIAGO CORTÊS

O novo filme de Clint Eastwood começa com o sermão de um pastor sobre o apóstolo Paulo. O que Paulo ensinava e fazia, explica o ministro, era motivo de escândalo para a maioria dos seus contemporâneos. Mas Paulo tinha dentro de si a convicção de estar fazendo a coisa certa.

Chris Kyle está no culto com sua família. Ele ainda é uma criança, mas ouve atento o pastor explicar que somos incapazes de decifrar o padrão de Deus nos eventos que ocorrem na nossa vida. Só podemos considerar real e verdadeiro o que podemos enxergar?

Não se engane pelo cenário da história ou seu contexto histórico. American Sniper não é sobre a Guerra do Iraque - nem contra e nem a favor - ou sobre qualquer aspecto da vida militar.

O drama de Clint Eastwood é sobre os dilemas morais enfrentados por homens de convicção em um mundo no qual a defesa de qualquer princípio - por mais óbvio que seja - é vista como uma atitude fundamentalista. A convicção é uma anomalia. O mundo jaz do relativismo.

Se você quiser defender uma visão moral, prepare-se para enfrentar dilemas terríveis. Se você quiser se sacrificar por algo maior, prepare-se para a solidão. Sim, solidão: ao dizer que está disposto a morrer pelo seu país, Kyle ouve da futura esposa: "você é um egocêntrico!".

Chris Kyle é filho de um diácono e de uma professora de escola bíblica dominical. Desde cedo ele aprendeu que a defesa dos princípios básicos de *certo e errado* o colocaria em conflito com a maioria que há muito abandonou o "preto-no-branco" por mil tons de cinza.

Ainda menino, Kyle intervém em uma briga para defender seu irmão mais novo de um típico valentão. Ao ver seu irmão apanhando, ele não tem dúvidas: soca o garoto maior até lhe tirar sangue. Ao invés de lhe repreender, o seu pai lhe explica que as pessoas são divididas em três grupos: ovelhas, predadores e cães pastores que protegem as ovelhas "do Mal".

"Algumas pessoas preferem acreditar que o Mal não existe. Mas se algum dia ele aparecer na sua porta, não saberão como se proteger. Essas são as ovelhas. E então existem os predadores. Eu e sua mãe não estamos criando ovelhas ou predadores", adverte o diácono.

Kyle cresce como um típico jovem dos nossos dias. É um beberrão e mulherengo. Mas ele enxerga o que os outros não enxergam. Em certo dia, o noticiário que para seu irmão é entediante, para Chris Kyle é perturbador. E, como Saulo, ele cai do cavalo.

Como a luz do dia

As escolhas daquele que se tornaria o atirador de elite mais letal da história militar dos Estados Unidos são pautadas por um antiquado senso de moralidade. Não há espaço para o cinismo ou a meia-verdade no horizonte de Chris Kyle. Ele enxerga o Mal tão claro como a luz do dia. É essa característica singular que irá definir o seu destino para sempre.

Quando poderia se arriscar menos, Kyle desce às profundezas do labirinto infernal de Ramadi para ensinar soldados novatos sobreviverem um dia a mais. Quando sua esposa grávida pede que ele fique em casa, Chris Kyle volta ao Iraque para proteger seus amigos.

Em pouco tempo a insurgência iraquiana apelida Kyle de “o Diabo de Ramadi” - em referência a uma das cidades em que combateu - e coloca a sua cabeça a prêmio. Ele é temido por sua eficiência em matar. 160 mortes “oficiais”: tudo indica que o número seja maior (255).

O maior mérito de Chris Kyle, contudo, não reside no número de inimigos que ele abateu. Mas na quantidade de garotos que ele salvou com sua mira certa. O filme faz um sutil e brilhante paralelo entre a visão moral distinta e a pontaria acima da média de Kyle.

Além do inimigo que espreita em cada janela e porta, o jovem texano é obrigado a enfrentar as dúvidas crescentes e o medo paralisante dos seus colegas de farda.

O agnóstico Eastwood fala no filme por meio de um jovem soldado que quase foi padre e é assaltado pela dúvida: Será que eles fazem a coisa certa? E será que vale a pena?

“O Mal existe. Nós já o vimos por aqui”, responde, serenamente, Chris Kyle. Eastwood mostra que o sniper mais admirado e temido da história dos EUA permaneceu até o fim com as convicções simples de um menino dedicado a proteger os inocentes dos bandidos.

A virtude em ação

Há muitos sub-dramas terríveis contidos nas decisões de Kyle, mas não vou abordá-los para que o leitor assista ao filme e possa se surpreender com cada dilema que surge na história.

Ao contrário do que se poderia imaginar, Eastwood não manifesta aprovação diante da moralidade “preto-no-branco” de Chris Kyle. Diante disso ele é novamente agnóstico.

Mas o velho mestre americano não deixa de mostrar que são de homens como Kyle que a sociedade precisa nos momentos mais tenebrosos, quando os lobos aparecem e recuamos como ovelhas confusas e apavoradas. Sem visão moral, sem senso de direção.

Hoje em dia os homens estão mais preocupados em ser queridos por todos e não conseguem defender qualquer princípio por mais de 5 minutos. Eles não acreditam mais em *certo e errado*. São cínicos. Para os quais “honra” e “sacrifício” são como peças de museu.

São bem poucos os que ainda enxergam o mundo como o apóstolo Paulo e Chris Kyle enxergavam. Mas todos admiram, mesmo que secretamente, pessoas que recusam o cinismo predominante e brindam os seus próximos com uma amostra do que é a *virtude em ação*. Clint Eastwood faz um elogio desses homens ilustres. Assista American Sniper.

Thiago Cortês escreve no blog [Descortês](#).

Fonte:

<http://www.midiaseम्मascara.org/artigos/cultura/15683-american-sniper-lobos-e-ovelhas.html>

Sobre o filme "Sniper Americano"

Adaptado do livro ro "American Sniper: The Autobiography of the Most Lethal Sniper in U.S. Military History", o filme "Sniper americano", do diretor Clint Eastwood, conta a história real do fuzileiro naval norte-americano Chris Kyle (Bradley Cooper), considerado o melhor atirador de elite da história dos Estados Unidos.

O filme, um fenômeno de bilheteria (atingiu 90,2 milhões de dólares na estreia em janeiro deste ano), tem despertado uma intensa discussão pública nos EUA, dividindo liberais e conservadores no debate sobre temas como o papel da guerra, o heroísmo dos soldados, patriotismo, a invasão americana ao Iraque, entre outros. O protagonista, conhecido como "a lenda", entre os militares americanos e com o apelido de "o demônio de Ramadi", entre os inimigos iraquianos, seria, para alguns, um moderno herói de guerra, mas, para outros, não passaria de um patriota psicopata.

Para contribuir para o debate, sugerimos a seguir a leitura do artigo escrito por Thiago Cortês, publicado originalmente no site Mídia sem Máscara (<http://www.midiaseम्मascara.org/>).

Antes, porém, apresentamos o trailer com uma cena que, por si só, já é um convite a este belo filme:

American Sniper: lobos e ovelhas

POR THIAGO CORTÊS

O novo filme de Clint Eastwood começa com o sermão de um pastor sobre o apóstolo Paulo. O que Paulo ensinava e fazia, explica o ministro, era motivo de escândalo para a maioria dos seus contemporâneos. Mas Paulo tinha dentro de si a convicção de estar fazendo a coisa certa.

Chris Kyle está no culto com sua família. Ele ainda é uma criança, mas ouve atento o pastor explicar que somos incapazes de decifrar o padrão de Deus nos eventos que ocorrem na nossa vida. Só podemos considerar real e verdadeiro o que podemos enxergar?

Não se engane pelo cenário da história ou seu contexto histórico. American Sniper não é sobre a Guerra do Iraque - nem contra e nem a favor - ou sobre qualquer aspecto da vida militar.

O drama de Clint Eastwood é sobre os dilemas morais enfrentados por homens de convicção em um mundo no qual a defesa de qualquer princípio - por mais óbvio que seja - é vista como uma atitude fundamentalista. A convicção é uma anomalia. O mundo jaz do relativismo.

Se você quiser defender uma visão moral, prepare-se para enfrentar dilemas terríveis. Se você quiser se sacrificar por algo maior, prepare-se para a solidão. Sim, solidão: ao dizer que está disposto a morrer pelo seu país, Kyle ouve da futura esposa: "você é um egocêntrico!".

Chris Kyle é filho de um diácono e de uma professora de escola bíblica dominical. Desde cedo ele aprendeu que a defesa dos princípios básicos de *certo e errado* o colocaria em conflito com a maioria que há muito abandonou o "preto-no-branco" por mil tons de cinza.

Ainda menino, Kyle intervém em uma briga para defender seu irmão mais novo de um típico valentão. Ao ver seu irmão apanhando, ele não tem dúvidas: soca o garoto maior até lhe tirar sangue. Ao invés de lhe repreender, o seu pai lhe explica que as pessoas são divididas em três grupos: ovelhas, predadores e cães pastores que protegem as ovelhas “do Mal”.

“Algumas pessoas preferem acreditar que o Mal não existe. Mas se algum dia ele aparecer na sua porta, não saberão como se proteger. Essas são as ovelhas. E então existem os predadores. Eu e sua mãe não estamos criando ovelhas ou predadores”, adverte o diácono.

Kyle cresce como um típico jovem dos nossos dias. É um beberrão e mulherengo. Mas ele enxerga o que os outros não enxergam. Em certo dia, o noticiário que para seu irmão é entediante, para Chris Kyle é perturbador. E, como Saulo, ele cai do cavalo.

Como a luz do dia

As escolhas daquele que se tornaria o atirador de elite mais letal da história militar dos Estados Unidos são pautadas por um antiquado senso de moralidade. Não há espaço para o cinismo ou a meia-verdade no horizonte de Chris Kyle. Ele enxerga o Mal tão claro como a luz do dia. É essa característica singular que irá definir o seu destino para sempre.

Quando poderia se arriscar menos, Kyle desce às profundezas do labirinto infernal de Ramadi para ensinar soldados novatos sobreviverem um dia a mais. Quando sua esposa grávida pede que ele fique em casa, Chris Kyle volta ao Iraque para proteger seus amigos.

Em pouco tempo a insurgência iraquiana apelida Kyle de “o Diabo de Ramadi” - em referência a uma das cidades em que combateu - e coloca a sua cabeça a prêmio. Ele é temido por sua eficiência em matar. 160 mortes “oficiais”: tudo indica que o número seja maior (255).

O maior mérito de Chris Kyle, contudo, não reside no número de inimigos que ele abateu. Mas na quantidade de garotos que ele salvou com sua mira certa. O filme faz um sutil e brilhante paralelo entre a visão moral distinta e a pontaria acima da média de Kyle.

Além do inimigo que espreita em cada janela e porta, o jovem texano é obrigado a enfrentar as dúvidas crescentes e o medo paralisante dos seus colegas de farda.

O agnóstico Eastwood fala no filme por meio de um jovem soldado que quase foi padre e é assaltado pela dúvida: Será que eles fazem a coisa certa? E será que vale a pena?

“O Mal existe. Nós já o vimos por aqui”, responde, serenamente, Chris Kyle. Eastwood mostra que o sniper mais admirado e temido da história dos EUA permaneceu até o fim com as convicções simples de um menino dedicado a proteger os inocentes dos bandidos.

A virtude em ação

Há muitos sub-dramas terríveis contidos nas decisões de Kyle, mas não vou abordá-los para que o leitor assista ao filme e possa se surpreender com cada dilema que surge na história.

Ao contrário do que se poderia imaginar, Eastwood não manifesta aprovação diante da moralidade “preto-no-branco” de Chris Kyle. Diante disso ele é novamente agnóstico.

Mas o velho mestre americano não deixa de mostrar que são de homens como Kyle que a sociedade precisa nos momentos mais tenebrosos, quando os lobos aparecem e recuamos como ovelhas confusas e apavoradas. Sem visão moral, sem senso de direção.

Hoje em dia os homens estão mais preocupados em ser queridos por todos e não conseguem defender qualquer princípio por mais de 5 minutos. Eles não acreditam mais em *certo e errado*. São cínicos. Para os quais “honra” e “sacrifício” são como peças de museu.

São bem poucos os que ainda enxergam o mundo como o apóstolo Paulo e Chris Kyle enxergavam. Mas todos admiram, mesmo que secretamente, pessoas que recusam o cinismo predominante e brindam os seus próximos com uma amostra do que é a *virtude em ação*. Clint Eastwood faz um elogio desses homens ilustres. Assista American Sniper.

Thiago Cortês escreve no blog [Descortês](#).

Fonte:

<http://www.midiaseम्मascara.org/artigos/cultura/15683-american-sniper-lobos-e-ovelhas.html>

Tags: Comunismo, Cristianismo, Filosofia, Modernidade, Nazismo, Ocidente, Personalismo, Pós-modernidade, Racionalismo, Relativismo, Religião, Secularismo,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em:
<http://ife.org.br/a-historia-esquecida-da-pos-modernidade-por-rein-staal/>